

# CULTURA VIVA COMUNITÁRIA E POLÍTICAS CULTURAIS EMANCIPADORAS NA AMÉRICA LATINA

**Alexandre Santini (FCRB/ UERJ)<sup>1</sup>**

## RESUMO

O artigo propõe analisar como as políticas públicas de cultura implementadas no Brasil a partir do governo Lula e da gestão dos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, em particular o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, têm reflexos importantes no desenvolvimento de Políticas Culturais na América Latina. A partir da análise desta construção histórica, é possível empreender uma discussão mais ampla sobre as relações entre Estado, Cultura e Sociedade. A dimensão política deste processo se relaciona com o lugar da cultura na discussão sobre o papel do Estado como promotor de um modelo de desenvolvimento que atue nas questões estruturais, na redução da desigualdade social e em uma perspectiva emancipatória e de transformação social.

\*

## Introdução

As políticas públicas de cultura e os movimentos socioculturais que se articulam no Brasil, como consequência do conjunto de Políticas Culturais implementadas a partir do governo Lula e da gestão dos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, têm reflexos importantes no desenvolvimento de Políticas Culturais na América Latina. Analisar o contexto histórico e político em que se desenvolveu este processo nos permite empreender uma discussão sobre as relações entre Estado, Cultura e Sociedade.

No Brasil, essas Políticas Culturais estão inscritas no bojo de um ambiente de transformações na trajetória política do país. Políticas públicas como o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura contribuíram

<sup>1</sup> Mestre em Cultura e Territorialidades pela UFF; Doutorando em Educação na UERJ. Foi Diretor de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC (2015-2016) e Secretário das Culturas de Niterói (RJ). Atualmente é Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/MinC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1284037369876578>

para que se estabelecessem novas legitimidades discursivas a partir do posicionamento de atores sociais e discursos identitários de diferentes segmentos da sociedade brasileira. A dimensão política desta operação é de ordem profunda e se relaciona com a discussão sobre o papel do Estado como promotor de um modelo de desenvolvimento que atue nas questões estruturais e na redução efetiva da desigualdade social.

No caso do Brasil, estamos falando de políticas culturais que engendraram processos de participação e articulação da sociedade civil, lançando bases para a articulação de movimentos sociais de novo tipo. Nestas construções, os agentes culturais se articulam em uma perspectiva de reconhecimento, afirmação e legitimação de seus saberes e fazeres culturais, assim como procuram incidir concretamente em processos de implementação de políticas públicas, como Conselhos e Conferências de Cultura.

Essa conjuntura vivida em nosso país chamou a atenção de gestores e agentes culturais de cidades e países da América Latina, que passavam por processos políticos similares, compartilhavam realidades sociais e culturais comuns e, sobretudo, buscavam construir um paradigma de Política Cultural que aproximasse a experiência brasileira de outras iniciativas em países latino-americanos:

Somos experiencias que creemos firmemente en la posibilidad y en la necesidad de reconstruir la acción política y la sociedad en un nuevo paradigma que desde abajo de la sociedad recree el ejercicio de poder tanto del estado, como de la sociedad civil, como de los partidos y movimientos políticos, comprometiéndonos a establecer relaciones más dinámicas, horizontales y democráticas entre todos estos actores. (...) Creemos que estas iniciativas deben estar guiadas por la práctica de la ciudadanía cultural y el fortalecimiento de los derechos culturales en la perspectiva de la democratización cultural. (CULTURA VIVA COMUNITARIA, 2013, p.22).

## Contexto social e político

A primeira década do século XXI na América Latina é caracterizada por um ciclo de estabilidade democrática, que, em certa medida, rompeu uma tradição de instabilidade e autoritarismo que marcou a história de boa parte dos países do continente na segunda metade do século XX, notadamente até o final dos anos 80. Esse período também se caracterizou por um alinhamento político mais à esquerda entre os governos

de diferentes países da América Latina, em contraposição ao período imediatamente anterior, na década de 90, quando o receituário econômico neoliberal pautou as diretrizes política e econômica dos governos nacionais dos países latino-americanos.

A ascensão dos governos de Hugo Chavez na Venezuela (1999), Ricardo Lagos no Chile (2000), Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2003), Nestor Kirchner na Argentina (2003), Fernando Lugo no Paraguai (2008), Tabaré Vasquez no Uruguai (2005), Evo Morales na Bolívia (2006), Ollanta Humalla no Peru (2011), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Mauricio Funes em El Salvador (2009) e Manuel Zelaya em Honduras (2006) trouxe uma nova configuração ao panorama político latino-americano. Em que pesem as diferentes realidades de cada um destes países, as diferenças de orientação político-ideológica de cada um dos governos e mesmo do rumo tomado por suas respectivas administrações, percebemos, neste panorama, a emergência de setores vinculados a trajetórias políticas e a pautas que reconfiguram a agenda social e política da América Latina, trazendo à tona processos históricos de resistência e afirmação de direitos latentes no tecido social do continente:

Una rápida mirada sobre la realidad actual latinoamericana nos permite establecer un conjunto de elementos comunes y regionales. Por un lado, las últimas décadas han sido el escenario temporal de la irrupción de movimientos populares y democráticos en capacidad de acceder y gestionar el Poder del Estado en algunos lugares, en gran medida en reacción al funesto despliegue de los neoliberalismos ultramontanos em vários de nuestros países durante la década del 90. Esa aparición ha permitido el resurgimiento de núcleos discursivos y acciones institucionales con una resonancia positiva en aquellas organizaciones y referencias ligadas a la tradición de la búsqueda de una Patria Grande latinoamericana, emancipada de los imperialismos y con una justicia social efectiva en la vida cotidiana. En estos últimos quince años abundaron las acciones continentales y nacionales vertebradas en torno de estas grandes y queridas banderas populares, acompañadas de no pocas reformas políticas de importancia (leyes de democratización de los medios de comunicación, reformas constitucionales, programas sociales de mayor cobertura social, visibilización de nuestros pueblos originarios, posturas diferentes frente a los organismos multilaterales de crédito, etc.) (BALÁN, 2015, p.29).

Os países latino-americanos compartilham muitos traços comuns: questões históricas, políticas e culturais, além de unidade linguística que abrange quase a totalidade dos países da região. No entanto, são principalmente as problemáticas econômicas e sociais semelhantes que

incitam a procura por uma visão de conjunto. A unidade latino-americana é, sobretudo, um projeto político, que dá norte e substância a um discurso, a uma construção histórica em processo.

Apesar dos avanços políticos, sociais e econômicos obtidos por esses governos de corte democrático e progressista na América Latina, cabe evidenciar os claros limites dessas experiências em promover reformas estruturais. Isso inclui as dificuldades em realizar uma ruptura com o modelo de desenvolvimento baseado no capitalismo industrial e financeiro, em efetivamente reduzir a desigualdade social, em constituir instrumentos de democracia direta e participativa, e em ir além da simples promoção e democratização do acesso a bens e serviços nas políticas culturais.

Sin embargo, muy limitada sería nuestra visión si no dijéramos también que esas acciones no han intentado vertebrar otro modelo de Desarrollo Alternativo al presentado por el Capitalismo Global en su fase actual para nuestro continente; mientras el PBI de nuestros países experimentó un crecimiento de 100% en las últimas décadas [...] en el marco de un modelo de desarrollo protagonizado por el capital global y extranjero, que mantiene niveles escandalosos de endeudamiento de nuestros estados, que dilapida nuestros bienes comunes y saquea nuestros recursos. Con desparejos niveles en los distintos países, tampoco se han logrado avances importantes en la transformación de nuestras instituciones; las Consultas Populares y otras herramientas de Democracia Participativa sólo tuvieron una sistematicidad atendible en países como Bolivia y Venezuela, siendo prácticamente inexistentes en el resto del continente. Las prácticas delegativas y de consumo fueron consolidadas como la dinámica fundante por estos gobiernos en el campo cultural y ciudadano, en la economía cotidiana y, por ende, en el terreno del arte y de la comunicación, permitiendo en todo caso una mayor exposición de la narrativa de izquierda pero sin alterar los circuitos de producción y distribución de bienes culturales (BALAN, 2015, p. 29-30).

É nesse contexto complexo e contraditório que devemos analisar o desenvolvimento das Políticas Culturais na América Latina neste período. Ao identificar, no processo histórico recente, o surgimento de experiências de políticas culturais baseadas no conceito de “Cultura Viva Comunitária” em diversos países e cidades latino-americanos, inspiradas pelo Programa Cultura Viva e pelos Pontos de Cultura do Brasil, além de uma construção discursiva e programática desenvolvida por atores socioculturais no continente, analisaremos em que medida tais conceitos e políticas contribuíram para a construção de um repertório comum para se pensar as Políticas Culturais na região, especialmente no que diz respeito à relação da cultura com temas como identidade, território e comunidade.

## Definindo cultura comunitária

As organizações e coletivos culturais comunitários fazem parte da realidade social da América Latina. Estima-se que são mais de 120 mil em todo o continente. São rádios comunitárias, grupos de teatro amador, museus de bairro, bibliotecas populares, festas e celebrações de vizinhança, circo social, coletivos urbanos de rap e hip-hop, manifestações da cultura tradicional com forte vínculo comunitário, e toda uma diversidade de expressões, de acordo com a característica e a realidade de cada região ou país. Fato é que, seja nas pequenas cidades e vilas ou nos grandes aglomerados urbanos periféricos, existem estes grupos ativos que, através do jogo, da criação cultural, da comunicação popular e das celebrações comunitárias, buscam sensibilizar o espaço público de seus territórios e convocar a participação coletiva. Mais de 200 milhões de latino-americanos participam dessas atividades culturais comunitárias repetidamente ao longo de cada ano.

Existe, no entanto, uma noção de comunidade mais estrita, que perpassa a construção do conceito de Cultura Viva Comunitária, e que vai além da ideia de habitar e coexistir em um determinado território. Essa concepção atribui um sentido ao termo enquanto espaço de construção de laços de coletividade, pertencimento e solidariedade. Esta noção de comunidade, como poderemos ver mais adiante, está relacionada também às noções de “bem comum” e de “buén vivir”, expressões que remetem a conceitos, práticas e modos de vida adotados pelas comunidades indígenas dos países andinos: Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. O pesquisador e ex-assessor de Políticas Culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Jairo Castrillón Roldán, um dos formuladores da política de Cultura Viva Comunitária na cidade de Medellín, Colômbia, oferece uma abordagem sobre o conceito de comunidade que permeia a construção dessa política:

Comunidad es una palabra compuesta entre común y unidad. Se relacionan con ella las palabras comunión y comunicación. Bajo esta perspectiva, no todo poblador de un territorio hace comunidad. Para que se hable de comunidad, en lugar de un aglomerado de pobladores, debe haber una conciencia de unidad e interacción en un grupo humano determinado. La comunidad es un grupo de personas que interactúan y comparten un territorio, una historia y elementos comunes (idioma y modos de hablar, costumbres, valores), unos intereses, unos problemas y necesidades comunes, así como potencialidades. Las comunidades

desarrollan en la convivencia elementos de identidad que la diferencian de otros grupos humanos. Unos símbolos y signos compartidos. Se pueden configurar comunidades por identidad ideológica, edad, vecindad u ubicación geográfica, estatus social, roles, intereses, etc. Pero además de todo esto, y sobre todo, en la comunidad hay relación común, trabajo conjunto en función de proyectos comunes. Hay sentido de colectividad. En la comunidad prima lo común sobre lo particular, el sujeto frente al individuo. En la comunidad hay mutualidad, acompañamiento, solidaridad entre unos y otros. Vivir en comunidad enriquece la vida y da sentido a la existencia. [...] De esta manera, la noción de comunidad no puede estar circunscrita a un estrato socioeconómico o cultural determinado, sino que es posible y necesaria en cualquier ámbito en donde haya seres humanos. Es decir que, si bien es más común en poblaciones de escasos recursos y necesidades comunes, la construcción de comunidad puede [y debiera] darse en cualquier contexto humano (ROLDÁN, 2013, p. 58-59).

Trata-se de uma visão de comunidade enquanto projeto político e social, uma forma de vida em que a dimensão coletiva prepondera sobre o individual, e que abarca não só a coexistência territorial, mas a construção de laços de memória e identidade, de um espaço comum compartilhado. Abrange ainda uma dimensão extraterritorial, na medida em que permite a existência de laços comunitários pautados em identidades geracionais, de gênero, étnicas, de interesses etc. Uma definição, ao mesmo tempo ampla e estrita, que integra o espaço territorial ao espaço simbólico onde se constituem os elementos que dão substância e sentido comum a uma vida comunitária.

Organizações culturais comunitárias são aquelas que desenvolvem processos culturais permanentes em seus territórios e não estão diretamente vinculadas ao âmbito estatal ou ao mercado de bens, produtos e serviços culturais. A autonomia em relação ao Estado, por sua vez, não prescinde de um processo de organização política autônoma entre si e junto a outros setores da sociedade, nem tampouco de uma incidência concreta juntos aos Estados nacionais e governos locais em busca de políticas públicas de reconhecimento e acesso a direitos. Nas múltiplas experiências de Cultura Comunitária na América Latina, cabe destacar a valorização que as organizações envolvidas fazem do papel estratégico do Estado como agente implementador de políticas públicas.

Canclini (2013, p. 270) reconhece que essas organizações culturais comunitárias podem ser identificadas nos países da América Latina, e reconhecidas por alguns traços comuns: realização de ações dedicadas à “comunicação, trabalho artístico, político e de educação alternativa”, que produzem “trabalhos de formação e mobilização de setores populares em

defesa dos seus direitos” e desenvolvem “um conhecimento empírico sobre as culturas subalternas, em alguns países maior que o das instituições acadêmicas”.

Ainda que não existam indicadores estatais ou acadêmicos precisos sobre a quantidade e o alcance dessas experiências em escala continental, esta estimativa surge de um estudo comparado em processo levado adiante pela rede Plataforma Puente Cultura Viva Comunitária. Esse estudo se baseia em diversos registros de ONGs, empreendimentos e redes culturais autônomas, calendários de festividades e celebrações comunitárias e projeções destas ações nos 22 países da América Latina, tomando como base mais específica dados existentes em países como Brasil, Colômbia e Argentina, sobre iniciativas culturais e de comunicação popular existentes em territórios rurais e urbanos.

O que fica claro é que o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura do Brasil inspiraram a construção deste conceito de Política Cultural que hoje reverbera em diversas políticas públicas desenvolvidas em cidades e países latino-americanos. Nesses países, a associação com os conceitos de território e comunidade fica marcadamente definida como o centro da estratégia de ação da política. Essa ênfase na dimensão comunitária irá, ao longo do tempo, influenciar o próprio desenvolvimento do Cultura Viva no Brasil. O *Documento Base do Programa Cultura Viva*, publicado pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC em agosto de 2013, como resultado do processo de redesenho do programa realizado em parceria com o IPEA, passa a definir o Cultura Viva como “a Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura”. Evidentemente, esta formulação sofreu a influência das políticas de Cultura Viva Comunitária na América Latina.

Cabe ainda ressaltar, como aspectos comuns, a abrangência da noção de Cultura, entendida como ampla, alargada e que abarca as diferentes dimensões da vida humana. Uma compreensão da Cultura enquanto fenômeno social e, finalmente, um sentido de construção de uma Cidadania Cultural, de ampliação de direitos, compreendendo que o exercício do fazer cultural pelas comunidades cria condições para a ampliação da participação, da organização e do engajamento em processos emancipatórios e de reconhecimento das identidades sociais e culturais. Neste sentido, a dimensão cultural é o vetor que articula e agrega

as demais dimensões, o que diferenciaria a experiência das organizações culturais comunitárias de outras iniciativas de organização política e social em comunidades e territórios, quer sejam de caráter reivindicativo, assistencial, de economia comunitária etc. Embora estes elementos possam existir nas iniciativas de cultura comunitária, sua especificidade está em ter a ação cultural como o eixo estruturante e agregador das demais dimensões.

Essas definições múltiplas e complexas do que são as organizações culturais comunitárias permitem abarcar um conjunto bastante amplo de experiências existentes em diversos países latino-americanos. Os níveis de desigualdade social, o crescimento de grandes áreas periféricas nos centros urbanos, o êxodo das áreas rurais que cria processos de migração e reinvenção de manifestações culturais tradicionais em outros espaços, a criminalização da juventude e a necessidade de gerar alternativas para a inserção social das novas gerações, o enfrentamento à violência do Estado e/ou a poderes paralelos que controlam territórios através da coerção, são apenas alguns elementos da conformação social de diversos países latino-americanos. Esses elementos constituem contextos sociais e culturais onde surgem iniciativas e organizações que compartilham características comuns dado o contexto semelhante em que estas se constituem e se desenvolvem.

No âmbito da sociedade civil, as relações entre o público e o estatal, entre cultura e política, entre políticas públicas e espaços de organização autônoma da sociedade civil, presentes no Programa Cultura Viva, foram fundamentais para aproximar a experiência brasileira da realidade de outras cidades e países latino-americanos. Enquanto no Brasil este programa surgiu como uma iniciativa governamental, nos outros países latino-americanos percebemos que a Cultura Viva Comunitária surge como uma demanda dos movimentos culturais, tendo sido construída a partir da incidência dessas organizações junto a gestores e a órgãos governamentais. Cabe ressaltar também que, em muitas das experiências de implementação de programas governamentais em cidades e países latino-americanos, há uma participação ativa de agentes oriundos de organizações e movimentos culturais. Esses agentes assumem espaços na gestão pública e trazem a visão adquirida na sociedade civil como orientação programática para a atuação “por dentro” da estrutura do

Estado, defrontando-se com os limites e contradições desta experiência de deslocamento.

O que depreendemos deste processo de desenvolvimento dos conceitos e das políticas públicas de Cultura Viva Comunitária, assim como da articulação continental de agentes culturais latino-americanos em torno do tema, é que este conceito traduz uma visão de Políticas Culturais que considera o direito à cultura como parte de um projeto mais amplo de uma cultura de direitos. O tema da cultura não pode ser pensado em separado de um processo de construção de valores, de uma ética e de um projeto de sociedade. Este projeto compreende um outro modelo de desenvolvimento, alternativo à lógica do individualismo, do consumo e da exploração predatória do meio ambiente.

La Cultura Viva Comunitaria interpela a los postulados del capitalismo moderno, a la idea del consumo como eje del progreso, al mito de los desarrollismos industrialistas ad infinitum y a la democracia burguesa, pero también a las concepciones de las vanguardias partidarias de izquierda, a las perspectivas de transformación instaladas exclusivamente en la órbita de la conducción del estado y de las políticas instituidas, a las miradas que sitúan como problema principal de nuestro tiempo la ausencia de direcciones que orienten a la sociedad en tal o cual sentido, a las practicas centradas en la representación como núcleo fundante de la política (BALÁN, 2015, p. 31).

Por fim, cabe considerar que, para o desenvolvimento de Políticas Culturais de base comunitária, que estimulem o protagonismo social e o reconhecimento dos direitos culturais, é fundamental a existência de um ambiente democrático. Trata-se de experiências que interpelam o papel do Estado, visando a ampliação dos espaços de participação cidadã, diálogo, incidência e organização política. Não estamos falando somente da democracia formal e representativa, embora esta seja condição fundamental, mas também de um Estado democratizador que compreende seu papel na efetivação dos direitos sociais, econômicos e culturais da população.

A instabilidade democrática segue sendo um espectro que ronda a América Latina. Ela não se materializa somente na deposição de governos legitimamente eleitos, mas também na ruptura e na descontinuidade de políticas públicas reconhecidas e aprovadas pela população, quando da chegada ao poder de grupos de orientação política diversa aos governos anteriores. A descontinuidade e a interrupção de políticas públicas afetam

negativamente a sociedade e são nefastas para a democracia. Em diversas experiências das políticas de Cultura Viva Comunitária, o que vemos é que as mudanças de governo em diversos casos produzem interrupções e descontinuidades que configuram retrocessos institucionais.

Podemos considerar que há neste momento, no continente latino-americano, um esgotamento do ciclo de governos progressistas iniciado no final dos anos 90 e no início do século XXI. Esse esgotamento se deve, em grande medida, pela incapacidade ou impossibilidade desses governos de realizar reformas profundas e estruturais no modelo político e económico vigente. Assim, a questão que se coloca neste momento, como desafio, é: em que medida as experiências emancipadoras que determinadas políticas públicas provocaram em setores da sociedade poderão avançar em contextos políticos diferenciados e menos favoráveis a processos desta natureza?

Cabe, neste momento, aos agentes sociais e culturais envolvidos nesses processos, a criação de estratégias de articulação e mecanismos autônomos de organização, com o intuito de garantir as conquistas e os direitos obtidos, mas principalmente, de manter e ampliar os espaços de potência e poder construídos como fruto de um esforço coletivo e continental. Políticas como a Cultura Viva Comunitária e os Pontos de Cultura, onde a participação social é fator preponderante e imperativo, só se realizam em contextos democráticos. Neste sentido, a defesa da democracia segue como agenda fundamental e necessária para gestores culturais, artistas, pesquisadores, ativistas, realizadores, e todos que atuam e militam pelo desenvolvimento de Políticas Culturais na América Latina.

---

### COMO CITAR ESSE ARTIGO

SANTINI, Alexandre. Cultura Viva Comunitária e políticas culturais emancipadoras na América Latina. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 101, n. 1, 2024. Disponível em: <https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/>. Acesso em: [data].

## REFERÊNCIAS

BALÁN, Eduardo. Cultura, Descolonización y Buén Vivir. *In*: ROLDAN, Jairo Castrillón. **La Cultura es Viva y Comunitaria em los barrios e poblados de Nuestra América Latina**. Medellín, Colombia, setembro de 2012.

BALÁN, Eduardo. Camino de Los Futuros – Aportes al Consejo Latinoamericano de Cultura Viva Comunitaria. *In*: MELGUIZO, Jorge (org.). **Cultura Viva Comunitária: Convivência para el Bién Comun**. Red Salvadoreña de Cultura Viva Comunitária: El Salvador, 2015.

BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil: Identidade e Diversidade sem Diferença. *In*: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

BARBOSA, Frederico; CALABRE, Lia (orgs.). **Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília: IPEA, 2011.

BARROS, José Márcio e ZIVIANI, Paula. O Programa Cultura Viva e a diversidade cultural. *In*: BARBOSA, Frederico; CALABRE, Lia (orgs.). **Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília: IPEA, 2011.

BAYARDO, Rubens e RUBIM, Antônio Albino Canelas (orgs.) **Políticas Culturais na Ibero-America**. Salvador: EDUFBA, 2008.

BEZERRA, Jocastra Holanda. **Pontos de Cultura, autodeclaração e identidade**. Observatório da Diversidade Cultural, 1 fev. 2016. Disponível em: <<http://observatoriodadiversidade.org.br/site/pontos-de-cultura-autodeclaracao-e-identidade/>>. Acesso em ago. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania: Cultura Viva**. Brasília: MinC, 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional da Cultura**. Brasília: MinC, 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Cultura Viva: análises e observações**. Brasília: MinC, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.018**, de 22 de julho de 2014.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EdUSP, 1998.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Las Culturas Populares en el capitalismo**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

CULTURA VIVA COMUNITARIA. **Compilación de Documentos para la Reflexión y la Incidencia Política**. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2013.

MELGUIZO, Jorge (org.). **Cultura Viva Comunitária**. Convivencia para el Bien Comun. El Salvador, 2015.

SANTINI, Alexandre. *Cultura Viva Comunitária: Políticas Culturais no Brasil e na América Latina*. Rio de Janeiro, ANF Produções. 2017.